



ISSN:2763-5716

POLIGES

Revista de Políticas Públicas e
Gestão EducacionalITAPETINGA,
2023

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: PARTICIPAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS

SCHOOL DEMOCRATIC MANAGEMENT DURING THE COVID-19 PANDEMIC:
PARTICIPATION AND NEW PERSPECTIVES

GESTIÓN ESCOLAR DEMOCRÁTICA DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19:
PARTICIPACIÓN Y NUEVAS PERSPECTIVAS.

Bruno de Oliveira Ribeiro

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0757-0415>

Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Brasil

Hellenryzia Nunes da Silva

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2105-0165>

Universidade de Rio Verde (UniRV) – Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v4i2.12954

Resumo: Fruto de observações e pesquisas ocorridas durante a experiência com o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), conciliadas com a prática realizada como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no ano de 2021/2022, este artigo tem como objetivo analisar as práticas de gestão democrática em uma escola municipal de ensino fundamental, localizada no município de Rio Verde - GO, durante a pandemia de COVID-19. Destacamos especialmente a forma como essas práticas mobilizam a comunidade escolar ao agregar profissionais e família externo, visando fortalecer os princípios democráticos e valorizar sua construção mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia no país. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando análise documental e relatos etnográficos construídos por meio da observação participante. Essa pesquisa foi conduzida durante o segundo semestre de 2021, período em que o ensino semipresencial e as medidas de biossegurança relacionadas à pandemia impactaram a rotina escolar. Em consequência, alteraram-se as relações cotidianas cuja percepção de assegurar a saúde pública estava em evidência no ambiente escolar. Contudo, a legislação aprovada e a participação dos cidadãos no envolvimento direto com a escola foram percebidas como uma possibilidade de novas perspectivas participativas.

Palavras-chave: COVID-19. Escola Pública. Gestão Democrática

Abstract: Resulting from observations and research conducted during the experience with the Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), combined with practical

work as a scholarship holder in the Institutional Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) in the academic year 2021/2022, this article aims to analyze democratic management practices in a municipal elementary school located in the municipality of Rio Verde - GO, during the COVID-19 pandemic. We particularly highlight how these practices mobilize the school community by involving external professionals and families, aiming to strengthen democratic principles and value their construction even in the face of challenges posed by the pandemic in the country. We conducted a bibliographic research using documentary analysis and ethnographic accounts constructed through participant observation. This research was carried out during the second semester of 2021, a period in which semi-presential teaching and biosafety measures related to the pandemic impacted the school routine. Consequently, everyday relationships changed, with a focus on ensuring public health being prominent in the school environment. However, approved legislation and citizen participation in direct involvement with the school were perceived as a possibility for new participative perspectives.

Keywords: COVID-19. Democratic Management. Public School

Resumen: Resultado de observaciones e investigaciones llevadas a cabo durante la experiencia con el Programa Institucional Voluntario de Iniciación Científica (PIVIC), combinadas con el trabajo práctico como becario del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (PIBID) en el año académico 2021/2022, este artículo tiene como objetivo analizar las prácticas de gestión democrática en una escuela primaria municipal ubicada en el municipio de Rio Verde - GO, durante la pandemia de COVID-19. Destacamos especialmente cómo estas prácticas movilizan a la comunidad escolar al involucrar a profesionales externos y familias, con el fin de fortalecer los principios democráticos y valorar su construcción incluso frente a los desafíos planteados por la pandemia en el país. Realizamos una investigación bibliográfica utilizando análisis documental y relatos etnográficos construidos a través de la observación participante. Esta investigación se llevó a cabo durante el segundo semestre de 2021, un período en el que la enseñanza semipresencial y las medidas de bioseguridad relacionadas con la pandemia impactaron la rutina escolar. En consecuencia, cambiaron las relaciones cotidianas, con un enfoque en garantizar la salud pública destacando en el entorno escolar. Sin embargo, la legislación aprobada y la participación de los ciudadanos en el involucramiento directo con la escuela fueron percibidas como una posibilidad de nuevas perspectivas participativas.

Palabras clave: COVID-19. Escuela pública. Gestión democrática

Introdução

No Brasil, com o fim da Ditadura Militar (1964 - 1985), a democratização tornou-se uma temática presente na esfera pública nacional e, portanto, na escola, especialmente quanto a gestão escolar. Sendo assim, a construção da escola como espaço democrático é um tema ainda passível de estudos e pesquisas, e está presente nos dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 26, inciso VI, em que declara como princípio no ensino brasileiro “gestão

democrática do ensino público, na forma da lei”. Ainda é necessário pensar sobre a gestão escolar democrática, em especial, num momento pós-pandêmico, após um governo de viés autoritário e novas bases curriculares nacionais.

A escola é uma das instituições centrais para reprodução social do mundo moderno. Puig (2007) considera que as escolas devem manter critérios de igualdade, de liberdade, de participação e de justiça, pois a instituição é responsável por ensinar aos alunos o significado de viver democraticamente, e isso só é possível quando alinhada com a prática social convergente. Cabe à gestão escolar o desafio de conciliar interesses peculiares nas relações promovidas pela diversidade cultural, social e econômica presente nas escolas, de modo a garantir e ampliar a materialização de princípios públicos elementares de uma sociedade democrática.

Para Puig (2007), a construção da cultura democrática na ambiência escolar condiz com a capacidade de lidar com conflitos e com o alinhamento dos interesses entre as partes, na intencionalidade de construir valores a partir da educação democrática e participativa, e formar, portanto, cidadãos.

Tanto social, quanto politicamente, autores da contemporaneidade voltam a tematizar a ascensão de novos autoritarismos, ou no mínimo, a indicar que passamos por um período de refração democrática no mundo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; PRZEWORSKI, 2020) e com isso, torna-se, socialmente pertinente nos interrogar sobre a escola, que segundo afirmava Anísio Teixeira, é a “máquina de preparar as democracias” (TEIXEIRA, 1938, p.147).

Levitsky e Ziblatt (2018) afirmam que muitas pessoas acreditam que estão vivendo em sociedades democráticas, mas a erosão da democracia é, por vezes, imperceptível. Com isso, no contexto da pandemia de COVID-19, podemos questionar se a escola encontrou, potencialmente, mais possibilidades democráticas ou autoritárias.

Avaliamos que uma das contradições que a pandemia de COVID-19 evidenciou se refere a relação entre democracia e escola, a pandemia potencializou as grandes desigualdades sociais nacionais, mas também, exigiu inovação docente e escolar, por isso, apontar algumas experiências desses período pode contribuir para pensar novas possibilidades de ampliar a democratização da gestão escolar.

A partir do conceito de gestão escolar democrática, este trabalho descreve algumas alternativas de gerenciamento escolar em meio à pandemia COVID-19, entre o período de agosto de 2020 a dezembro de 2021, e as principais ações do processo escolar que promoveram maior participação entre docentes, discentes, família e comunidade em geral na perspectiva da gestão participativa. Além disso, analisa as consequências e resultados obtidos por meio dessas ações a partir do contexto histórico-social.

Esta pesquisa, metodologicamente, passa por algumas etapas, a aproximação de uma bibliografia: Libâneo (2009), Puig (2000- 2007) e Lima (2011) para discutir a relação entre educação e democracia e, autores como Levitsky e Ziblatt (2018), Mouffe (2015) das ciências sociais e refletir sobre a democracia contemporânea, e optamos por destacar positivamente nesse artigo as possibilidades de ampliação da participação social no espaço escolar, enquanto que negativamente, destacamos os impactos da desigualdade social como um limitador de avanços democráticos. Também houve a necessidade de obras recentes sobre a educação em contexto pandêmico e estudos sobre a legislação local, documentos relacionados ao Regimento Interno Escolar e Projeto Político-Pedagógico da escola a campo, além do protocolo de biossegurança adotado pelo estado de Goiás e pelo município de Rio Verde, e relatórios realizados enquanto bolsista do PIBID.

A escola-campo do estudo de caso é da rede municipal de ensino e oferta a Educação Infantil na modalidade Pré-Escola e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino, para crianças com idades pré-estabelecidas em regime de séries/anos. No ano de 2021, atendia uma demanda de 583 alunos matriculados e foi inaugurada no dia 25/04/1983 com a participação da comunidade, num pomposo desfile com a presença de autoridades locais e estaduais.

A pesquisa centra-se na aproximação das práticas gerenciais de uma escola durante a pandemia e os impactos nas relações com a democracia, especialmente, a participação social. Sendo assim, o período dessa pesquisa é datado pela pandemia de COVID-19, mas sua relevância se expande para além, pois se trata do debate sobre a democratização da sociedade brasileira, institucional e culturalmente.

Entendemos como gestão escolar democrática:

(...) a forma de organização da escola que se caracteriza pela participação dos profissionais da educação, dos alunos e dos pais nas decisões, buscando a integração entre os aspectos administrativos e pedagógicos, entre a escola e a comunidade, entre o coletivo e o individual (LIBÂNEO, 2004, p.120).

Esse conceito articula as atividades de gestão de pessoas e administrativas às finalidades educacionais de uma escola, e seu papel na formação humana, cidadã, permeada de aprendizagem escolar, científica e cultural.

Destacamos entre os principais resultados o fato de que durante a pandemia, por diferentes motivos, houve uma interação maior entre as instituições escolares, familiares e comunitárias, portanto, a ampliação dos canais de comunicação, a aproximação entre os professores e outros profissionais da escola com a família, uma readequação do papel do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na escola e as atividades de proteção social mediadas pela escola são aspectos fundamentais da qualificação da participação social no espaço escolar, e esses elementos foram lidos nessa pesquisa como democratização da gestão escolar.

Estrutura escolar no aspecto formal e informal e o fortalecimento da identidade democrática

A burocracia existente nos espaços escolares é semelhante à administração de empresas convencionais, contudo o que as diferem da estrutura comum é a sua relação de práticas educativas na formação de pessoas e a sua interação com a diversidade, pautadas por uma ética pública e, obviamente a Educação é uma prática sociopolítica, diverge, dessa maneira, dos objetivos empresariais. Chiavenato (2009) descreve que, em 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), foi concebido o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, criado sob forte influência neoliberal, fortalecendo aspectos gerenciais dos serviços públicos que, aos poucos, abrange a Educação.

No cenário atual, as escolas públicas municipais são regidas pelo órgão municipal Secretaria Municipal de Educação (SME) e pelo Conselho Municipal de Educação (CME), ambos supervisionados e coordenados pela administração pública. Isso parte do pressuposto de que a escola sofre influência desde a eleição do gestor escolar, dos critérios administrativos que a instituição de ensino possui, como a autonomia administrativa e das características apresentadas pela comunidade escolar, mantendo assim parte da estrutura burocrática de processos já previstos desde a Era Vargas.

Mesmo com parte do funcionamento da escola movido pela burocracia¹, o conceito de gestão democrática vista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) abrange a autonomia da escola na elaboração do Projeto Político-Pedagógico de tal forma que esteja garantida a participação da equipe e da comunidade escolar por meio de conselhos escolares, como apresentam as determinações nos artigos 14 e 15 sobre a democracia escolar:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996, Art. 14-15).

Conquanto que a participação da comunidade seja um grande desafio no contexto escolar, a consciência democrática e inclusiva é movida pelo objetivo de construir um espaço justo e democrático que se consolida pelos efeitos legais regidos pela Constituição Federal, artigo 206, inciso VI, (BRASIL, 1988) “a gestão democrática do ensino público na forma da lei.”

¹ Segundo Girglioli, “o termo burocracia foi utilizado pela primeira vez, na metade do século XVIII, por um economista fisiocrático, Vincent de Gournay, para designar o poder do corpo de funcionários e empregados da administração estatal, incumbido de funções especializadas sob a monarquia absoluta e dependente do soberano” (2009, p. 124).

A construção de um clima escolar democrático supõe estabelecer um conjunto de valores que delimitem e referenciem as práticas pedagógicas que, de acordo com esses valores, definem a vida e o trabalho escolar. Portanto, os valores e as práticas são os dois pilares de uma escola democrática. [...] essas práticas devem refletir, no cotidiano, alguns procedimentos com conteúdo educativo coerentes com os valores democráticos pretendidos. Pensar uma escola democrática significa estabelecer os valores que devem guiar os métodos que farão possível a sua concretização em cada instituição (PUIG, 2000, p. 29).

No que tange a essas definições, a escola pública brasileira possui aspectos formais e informais em sua estrutura. Para Libâneo (2009, p.319), a organização formal é definida como “a organização planejada, a estrutura organizacional e os papéis desempenhados”. É a estrutura formal que abrange os regimentos, normas, funções, procedimentos burocráticos e legislação; já os aspectos informais devem:

Levar em conta a cultura organizacional da escola é, portanto, exigência prévia à formulação, ao desenvolvimento e à avaliação do projeto pedagógico curricular e, também, às atividades que envolvem tomadas de decisão: o currículo, a estrutura organizacional, as relações humanas, as ações de formação continuada, as práticas de avaliação. (LIBÂNEO, 2009, p. 321).

Em meados do século XIX, a “escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática” (SAVIANI, 2012, p. 51). Sua constituição não deve ser integrada apenas de estrutura formal, mas também de estrutura informal, ou seja, por uma cultura organizacional democrática. Segundo Crozier (1964, p.149) “um ser humano [...] não tem apenas uma mão [escola clássica] e um coração [escola das relações humanas]. Tem também uma cabeça, o que significa que é livre para decidir e para jogar o seu próprio jogo”.

Puig (2000, p.16) descreve que “uma escola democrática deverá basear-se em um conjunto de valores que tenham vínculos com a liberdade, a autonomia, o desenvolvimento do espírito criativo, da iniciativa e da responsabilidade”. Ao analisar o perfil de uma escola, é possível ter a concepção mais predominante quanto à gestão democrática e participativa em suas finalidades. A instituição de ensino pode

se caracterizar com a finalidade política social na formação de seus alunos ou mesmo situar as suas ações nos processos técnico-científicos.

No próximo subitem faremos análise de algumas ações na rotina escolar considerando os aspectos formais, classificando-os quanto às mudanças organizacionais que a escola passou durante a pandemia COVID-19 e quanto à participação da comunidade escolar nestas ações.

Processos democráticos e participativos no contexto escolar

Embora a escola pública e gratuita brasileira seja uma garantia legal, a democratização exige ações no cotidiano escolar que, ainda se encontra como grande desafio em pleno século XXI. Por meio de observações realizadas durante o período de 2019 e 2020 foi possível destacar algumas ações que criaram espaços mais democráticos na escola e maior participação da comunidade escolar e, isso ocorre em meio à pandemia de COVID-19, que também revela a profundidade de nossas desigualdades sociais.

Libâneo (2009) acredita que a tomada de decisão está no processo central da escola, que é acionado por meio da equipe gestora diante da organização formal da escola. Existem processos que são definidos hierarquicamente pela administração direta, seja a união, estados ou municípios, com a participação da comunidade escolar. Elas são caracterizadas por meio de regimento interno, leis, pareceres, instruções realizadas por meio de reuniões, entre outros, conforme a definição como estrutura formal, modelo burocrático ou modelo político. Lima (2011, p.19) descreve que:

O modelo político realça a diversidade de interesses e de ideologias, a inexistência de objetivos consistentes e partilhados por todos, a importância do poder, da luta e do conflito, e um tipo específico de racionalidade - a racionalidade política (LIMA, 2011, p.19).

Neste aspecto, a escola é parte de uma estrutura já definida em legislações específicas ou em regimentos internos nas pastas municipais direcionadas à educação da rede pública. Conforme os exemplos no quadro 1, vários processos são definidos pela Secretaria Municipal da Educação ou mesmo equipe gestora da

instituição de ensino, sem a consulta prévia dos demais integrantes da comunidade escolar.

QUADRO 1- ORGANIZAÇÃO FORMAL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/ PEDAGÓGICOS	DEFINIDO POR:	DIRECIONADO A (AO)
Agrupamento de salas	Equipe gestora	Alunos
Calendário escolar (data de provas, lançamento de notas, avaliação diagnóstica)	Órgão público (SME)	Comunidade escolar
Cardápio escolar	CRADAE ² (SME- equipe especializada)	Alunos matriculados na rede pública
Escolha dos membros do conselho escolar	Membros convidados pela equipe gestora	Comunidade escolar
Organização formal (hierarquia)	Órgão público (SME)	Comunidade escolar
Regimento interno	Equipe gestora	Comunidade escolar

Fonte: Regimentos internos da escola e processos definidos na Secretaria Municipal da Educação.

Essas informações foram retiradas do Regimento Interno Escolar, que tem como objetivo definir os processos administrativos da escola, como o horário de funcionamento, canais de atendimento, documentos obrigatórios no ato da matrícula, orientações direcionadas a atestados médicos, licenças, controle de ponto da equipe escolar e orientações quanto ao uso de uniforme e organização formal hierárquica.

Alguns processos são definidos pela equipe gestora da instituição, cuja estrutura é representada por diretora, coordenadora, secretária e coordenadora de apoio pedagógico, que são definidas por cargos de indicação mediante aprovação da Secretaria Municipal da Educação (SME), sem o processo eleitoral³. Sendo assim, após ser escolhido pelo secretário municipal de educação, o diretor escolar define a sua equipe de trabalho com prazo indeterminado de tempo de serviço.

² Central de Recebimento, Armazenamento e Distribuição da Alimentação Escolar – CRADAE, responsável pelo planejamento e distribuição da merenda municipal de Rio Verde - GO. Fonte: <https://www.rioverde.go.gov.br/cradae-qualidade-eficiencia-e-transparencia-na-merenda-escolar/>

³ A última eleição de escolha dos diretores ocorrida por votos foi em 2014. O quórum mínimo foi de 50% de participação do segmento pais e alunos aptos a votarem e 50% de funcionários conforme relação de cada unidade escolar. Caso alguma escola não tenha quórum haveria nova eleição no prazo de 180 dias. Fonte: <https://www.rioverde.go.gov.br/eleicao-de-diretores-de-62-unidades-escolares-e-promovida-na-rede-municipal/>.

Neste caso, com relação à merenda escolar, o cardápio é definido pela equipe da Central de Recebimento, Armazenamento e Distribuição da Alimentação Escolar (CRADAE), composta por nutricionistas que seguem a Lei 11.947 de 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Desde então, os alimentos panificados são distribuídos pelo CRADAE às escolas nos dois turnos, matutino e vespertino. Já os alimentos que necessitam passar por processo de cozimento ou frituras são processados no ambiente escolar pela equipe de merendeiras.

Quanto ao agrupamento de salas, assim que se inicia o ano letivo, a atribuição vem da secretaria escolar, juntamente com a equipe pedagógica, que avaliam primeiramente o desempenho dos alunos para a definição das turmas e consideram, também, os turnos preenchidos no ato da matrícula. Esse processo acontece por meio de critérios como: nível de desenvolvimento de aprendizagem, idade e necessidades específicas (alunos da educação inclusiva).

No que se refere ao Conselho Escolar, os membros são escolhidos para a formação da chapa conforme o interesse e disponibilidade de cada candidato, formada pela representatividade de pais e de membros da comunidade escolar. A formação da chapa, comumente única, é apresentada por meio de reuniões com as famílias dos alunos e aprovada por meio de ata de reunião. Trata-se, no geral, de questões mais procedimentais, do que propriamente democráticas, apesar de ser o núcleo que permaneceu das lutas sociais em torno da democratização da escola pública durante a redemocratização brasileira.

O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. É regido por estatuto próprio cabendo aos conselheiros, dentre outras funções: analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação. (PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO, 2021).

Na escola, os membros do Conselho Escolar são divididos em: diretoria executiva (presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário), comissão de execução financeira (presidente, 1º conselheiro e 2º conselheiro), conselheiro fiscal

(1º, 2º e 3º conselheiros) e suplentes funcionários e suplentes pais), todos os cargos possuem representatividades de pais e servidores de diversas funções na escola. O Conselho Escolar é convocado para reunião extraordinária a pedido dos membros ou mesmo pela gestão, além das reuniões ocorridas mensalmente.

No dia 28 de março de 2022 foi realizada a eleição dos membros do Conselho Escolar da escola-campo. Havia 15 conselheiros representando cada segmento que compõe a comunidade escolar. A divulgação da eleição foi realizada por meio das redes sociais e comunicação oral entre professores e pais; e a participação dos pais foi baixa em comparação à quantidade de alunos matriculados na instituição de ensino.

No dia 13 de junho de 2022, houve a convocação de nº 03/2022 para participarem de uma reunião extraordinária, cuja pauta era “Análise e aprovação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar do ano de 2022”, com o objetivo de validar os documentos escritos com a participação da equipe gestora e discutir as ações pedagógicas descritas pelos professores para os próximos bimestres letivos. Houve a participação de todos os membros do Conselho Escolar na leitura e validação dos documentos, que totalizou 15 representantes.

No dia 08 de agosto de 2022 foi realizada a convocação de nº 04/2022 com o objetivo de aprovar os eventos culturais do 2º semestre de 2022 da escola, que incluíam a participação da família e de toda a comunidade para a Semana da Primavera, evento que tem como projeto o levantamento de verbas para investimento na estrutura da escola.

A participação ativa da comunidade escolar influencia diretamente no engajamento e no rendimento escolar dos alunos, já que, quando há canais de diálogo e discussões entre a escola e a comunidade, ocorre a transformação do espaço escolar mais condizente com os anseios da sociedade.

O grande desafio da gestão democrática escolar é criar espaços de participação nas reuniões e assembleias para discutir o plano educacional e assim exercer o papel social que cabe à escola. Freire (1979) ressalta que o papel da escola está relacionado a conscientizar os alunos e as famílias sobre a importância de participar nas decisões escolares, cujo engajamento precisa ocorrer não apenas

em datas comemorativas registradas no calendário escolar, mas também na entrega de avaliações e nas decisões da escola para que os objetivos traçados sejam alcançados.

As reuniões da escola ocorriam com frequência para o repasse de informações relacionadas com as normas da escola, cronogramas de atividades e divulgação de gastos aprovados pelo conselho escolar. Durante o período de isolamento social, as reuniões aconteciam pelas vídeo-chamadas, após o período de horário comercial de trabalho, que afeta a grande maioria das famílias. A participação das famílias em reuniões ocorria com um percentual entre 80 a 95% de frequência.

Já durante o retorno das aulas presenciais, ainda em contexto pandêmico, as reuniões ocorriam em dois horários diferentes, sendo às 7h e às 13h. Esses horários foram justificados devido ao aglomerado das famílias durante o horário de início das aulas nos turnos do matutino e vespertino, ao levarem as crianças até a escola. Além disso, existia um processo de conscientização dos pais, realizado pelos professores durante a acolhida das crianças sobre a importância da pauta da reunião a ser realizada. Contudo, os pais sempre justificavam sobre a indisponibilidade do horário para a participação de eventos escolares e que posteriormente eles procurariam a escola para obterem as devidas informações.

No geral, temos um espaço ainda desprovido de ações democráticas e participativas potentes na escola. Isso é justificado também pela ausência de Assembleia de Pais, de Grêmios Estudantis e de ações direcionadas à comunidade em geral para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e plano de ação. A participação de docentes em Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), reuniões administrativas/ pedagógicas e formação docente ocorre com 100% de participação dos servidores da escola, já que é divulgado como participação obrigatória de todos os envolvidos, contudo essas reuniões não ocorrem com a participação das famílias e alunos.

Em consequência da pandemia da COVID-19⁴, a administração escolar se integrou por medidas provisórias do novo modelo de ensino baseadas em aulas remotas, encadeando mudanças em diversos setores, especialmente, na educação. Com a determinação de decretos que conduziam ao isolamento social, as escolas tiveram que se habituar ao uso de ferramentas tecnológicas e redes sociais para dar continuidade ao ano letivo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), durante o período de 2019 -2021, a pandemia impactou 1,5 bilhões de estudantes em diversos países. Isso representa área de 91% da totalidade de estudantes do mundo. Os jovens e as crianças enfrentaram riscos significativos de contração da doença durante esse período, já que não existia um tratamento eficaz em seu combate. Isso trouxe consequências em questões do desenvolvimento social, intelectual, físico e mental aos alunos.

O fechamento das instituições de ensino ampliou a desigualdade educacional, pois nem todos os alunos tiveram acesso às ferramentas necessárias para o acompanhamento das aulas durante a pandemia. Contudo, o processo educacional ocorreu em regime de cooperação com a família no acompanhamento diário das orientações dadas pela escola, as quais eram resguardadas com uso de plataformas digitais e redes sociais como *WhatsApp* e *YouTube*, portanto, dependentes de recursos tecnológicos novos⁵, mesmo assim foi o período com índice alto de evasão escolar.

Seguindo as orientações do protocolo oficial, no processo de retorno gradual de aulas presenciais, as escolas tiveram que adequar o espaço e a organização do

⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo o homem, camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente os coronavírus de animais podem infectar pessoas e depois se espalhar entre seres humanos como já ocorreu com o MERS-CoV e o SARS-CoV-2. Até o momento, não foi definido o reservatório silvestre do SARS-CoV-2 (BRASIL, 2021).

⁵ O ex-governador do Estado de Goiás, José Eliton (PSDB), vetou integralmente, por meio do projeto nº 4899/18, o autógrafo nº 363/18, que revoga a Lei nº 16.993/10, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

ensino para que os alunos pudessem participar nas aulas presenciais e on-line. De acordo com os requisitos obrigatórios para o currículo neste “novo” sistema, o município de Rio Verde adotou um processo formal de consulta com as famílias para permitir que os alunos participassem de atividades presenciais. Todas as famílias responderam ao formulário, informando-as sobre sua opção pela educação híbrida (semipresencial) ou a distância (on-line).

As tomadas de decisões eram baseadas no protocolo geral de biossegurança promovidas pelo Ministério da Saúde e mantidas pelo município de Rio Verde. Os alunos eram agrupados em salas virtuais, conforme os grupos⁶ criados pelos *WhatsApp*, em que eram direcionadas as aulas e as correções das atividades. As aulas semipresenciais ocorriam quinzenalmente com atividades semanais para serem realizadas em casa e com a correção em sala de aula, conforme o calendário.

O combate à evasão escolar foi um dos grandes desafios durante a pandemia para a gestão. A atenção redobrada aos grupos minoritários e entre eles, alunos com necessidades especiais, foi motivo de se criar estratégias de acompanhamento cotidiano das ausências. O papel do gestor escolar perpassa ao pedagógico e ao administrativo. É necessário considerar valores que beneficiam a todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e garantir que a instituição de ensino seja acolhedora e capaz de atender às diversas demandas existentes em consequência da diversidade social e cultural.

Na escola, os alunos da educação inclusiva recebiam acompanhamentos diários pela professora de apoio por meio de vídeo-chamadas ou interações realizadas por meio de chamadas telefônicas. Crianças com deficiências que exigem interação social foram mais prejudicadas durante as aulas remotas e, por orientações médicas, elas não poderiam ficar muito tempo em frente de telas ou mesmo utilizando tecnologias audiovisuais.

As necessidades do público-alvo dos alunos da educação especial nas turmas gerais do ensino fundamental e educação infantil tiveram apoio de profissionais de suporte. Portanto, existem outros fatores que foram evidenciados diante a esse cenário. Problemas sociais também ficaram em evidência durante a pandemia.

⁶ Recurso do aplicativo *WhatsApp* que permite encontrar e unir pessoas com interesses em comum para a interação e comunicação coletiva por meio de mensagens instantâneas de forma síncrona.

Muitas famílias não tiveram condições de adquirir ferramentas tecnológicas ou mesmo investir em acesso à Internet, dentre elas, alguns membros ainda perderam seus empregos, passaram por problemas financeiros e de saúde na família. Nesse caso, a educação ficou em segundo plano em uma parte dos lares. Estes relatos foram coletados durante a entrega dos kits merenda⁷, que teve como centro de distribuição o prédio da escola. Conforme dispõe o Instituto Rodrigo Mendes (2020, p. 5-6):

A repentina transformação trouxe impactos mais severos às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à Internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas, enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico para a implementação do ensino online e não são incentivados a fazê-lo.

Segundo os dados vistos no Projeto Político-Pedagógico da escola (2022), nos anos de 2021 e 2022, a escola atendia 583 alunos nas etapas de educação infantil e ensino fundamental, sendo 24 crianças com diagnóstico médico direcionadas a necessidades educativas especiais e cinco crianças ainda estavam em processo de diagnóstico. Entre essas informações, os principais diagnósticos eram Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), cadeirantes, surdos e baixa visão.

Os alunos com NEE são: alunos com deficiência: física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla, alunos com altas habilidades (superdotação), transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e transtornos específicos do desenvolvimento. Portanto, ao receber um aluno com necessidades educacionais especiais, essa instituição buscará recursos junto à SME/DEPTO. INCLUSÃO, para assegurar as adaptações curriculares, de avaliação, adaptações físicas, os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento e à aprendizagem proposta pelas políticas públicas em relação à

⁷ Ratificada pela Lei nº 11.947/2009, de 7 de abril de 2020, durante o período de suspensão das aulas presenciais nas escolas públicas, os entes federativos ficam incumbidos de distribuir os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE a estudantes ou responsáveis.

educação inclusiva. (PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO, 2022).

Durante a entrega do kit merenda, as famílias agradeciam pelo alimento e pelo incentivo dos kits escolares que foram distribuídos aos alunos da escola. Esses kits traziam materiais escolares básicos como cola, papéis, lápis, borrachas, lápis de cor, apontador, papéis coloridos, cadernos e tintas. O objetivo era incentivar as crianças no acompanhamento das aulas virtuais e ajudar as famílias que manifestaram que não tinham condições financeiras para adquirirem os materiais.

A adaptação da tecnologia e das ferramentas virtuais foi um ponto estratégico para a implementação das aulas e para envolver as famílias nas ações tomadas pela escola como decisões do conselho escolar, planos de ação para reduzir a evasão escolar e assistência da administração pública e escolar. Contudo, essas ferramentas não eram de fácil alcance de muitas famílias, por falta de acesso à Internet de qualidade ou mesmo por não possuírem recursos tecnológicos suficientes para todos os filhos em idade escolar.

Os processos que envolviam a tomada de decisão da equipe gestora continuaram seguindo por meio de reuniões virtuais e encontros presenciais, seguindo os protocolos de biossegurança. Os aspectos informais, mais ligados à sociabilidade foram afetados em demasia, uma vez que o distanciamento social proposto dificultou atividades de sociabilidade.

Referente à vacinação contra a COVID-19, foi realizada em etapas. Primeiramente foi criada uma pesquisa, por meio do formulário *Google Forms*, sobre o interesse dos funcionários em se vacinar contra a doença. Aqueles que informaram que não tinham o interesse em se vacinar foram direcionados à reeducação sanitária, em processo de conscientização por meio de profissionais da saúde ou para a equipe gestora sobre a importância da vacina para o bem comum.

Na intencionalidade de debater temas relacionados aos grupos minoritários⁸, foram realizadas reuniões entre pais e mestres em busca por novas soluções que

⁸ Segundo Rogers e Ballantyne (2008) , existem fontes de vulnerabilidade, a partir das quais seria possível estabelecer uma tipificação básica: a) vulnerabilidade extrínseca - ocasionada por *circunstâncias externas*, como falta de poder socioeconômico, pobreza, falta de escolaridade ou carência de recursos; e b) vulnerabilidade intrínseca - causada por características que têm a ver com os próprios *indivíduos*, tais como doença mental, deficiência intelectual, doença grave, ou os extremos de idade (crianças e idosos).

abarcassem o momento inabitual, tornando-se uma oportunidade para novos estudos e discussões entre as famílias e os profissionais da educação, conforme o quadro 2.

QUADRO 2- TEMAS DISCUTIDOS EM REUNIÕES DE PAIS E MESTRES.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/ PEDAGÓGICOS	PROCESSO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA	RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO	EQUIPE RESPONSÁVEL PELA TOMADA DE DECISÃO
Como diminuir o índice de evasão escolar?	Busca ativa ⁹	Comunidade local, Conselho tutelar e profissionais da educação (professores e equipe gestora)	Pais, escolar e comunidade local.
Quais recursos e métodos podem ser usados durante as aulas remotas?	Pesquisa realizada com as famílias por meio de ligações e vídeo-chamadas	Professores e coordenadores	Professores, pais e coordenadores
Como a escola pode contribuir aos alunos da educação durante a pandemia?	Pesquisa realizada com as famílias por meio de ligações e vídeo-chamadas	Professores e coordenadores	Pais, professores e coordenadores com parceria com profissionais da saúde.
Como podemos contribuir para os processos de ensino das crianças da educação especial?	Pesquisa realizada com as famílias por meio de ligações e vídeo-chamadas em parcerias com ao departamento da educação inclusiva da SME.	SME, professores e coordenadores	Pais, professores e coordenadores com parceria com profissionais da saúde da saúde pública e SME.

Fonte: Relatos etnográficos.

Houve maior participação e interesse das famílias em busca de diretrizes ou orientações pedagógicas, durante o ensino remoto, mediadas por uso de tecnologias, em processo participativo e interação entre os profissionais da educação e as famílias. Com o intuito de fortalecer o elo entre comunidade, família e escola, os processos tornaram-se menos burocráticos, como por exemplo, as relações interpessoais entre os professores, coordenadores e famílias, que ficaram mais diretas.

⁹ A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos. Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/>

Alguns professores da instituição se dispuseram em horários incomuns do seu trabalho para visitar os alunos ou famílias que estavam ausentes da frequência escolar ou mesmo que apresentaram problemas sociais relacionados ao desemprego, fome ou problemas de saúde. Os processos apresentados no quadro 2 tornaram-se participativos e passíveis de discursos e sugestões de processos vindos da comunidade.

Com o uso de novos canais de atendimento como *Instagram* interativo, conta institucional de *WhatsApp* e atendimento pré-agendado na escola, foi possível aumentar o índice de participação da família para esclarecimento de dúvidas ou mesmo para sugestões.

A participação da comunidade diante aos projetos na escola foi possível por meio das relações informais ou interpessoais ocorridas ao tentar atender essas famílias em suas dificuldades em ensinar seus filhos e ao permitir que a escola fosse democrática ao lidar com situações diversas durante esse período. Um fator importante, como observamos, foi a escola como um espaço tanto de educação escolar, quanto de proteção social.

Com ações baseadas nos problemas relacionados às faltas e evasão escolar, a escola desenvolveu um projeto que buscava reduzir a porcentagem de falta dos alunos do infantil IV e V e do Ensino Fundamental do 1º aos 5º ano dos anos iniciais. O projeto lançado, nomeado “Estou presente”, promovido por meio de ações como Busca Ativa¹⁰ teve como meta a melhoria da participação dos alunos nas aulas e objetivo principal acompanhar a frequência e a permanência dos alunos nas aulas, conforme mostra o quadro 3, do plano de ação desenvolvido pela escola para o ano de 2022, segundo semestre.

QUADRO 3- PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO PROJETO “ESTOU PRESENTE”

¹⁰ A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios a fim de apoiá-los no enfrentamento da exclusão escolar, no fortalecimento da intersectorialidade entre as políticas e os serviços públicos, na promoção da atuação comunitária e familiar, bem como no fomento ao regime de colaboração entre os entes federados. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Até julho de 2020, mais de 3.160 municípios e 16 estados haviam aderido à estratégia, os quais estão atualmente em diferentes estágios de implementação.

ATIVIDADE	OBJETIVO(S)	RECURSOS	AValiação
Monitoramento da Frequência	Mapear os alunos faltosos.	Diários de frequência	Monitoramento da frequência dos alunos nas aulas.
	Mapear alunos não frequentes	Diários de frequência	Monitoramento da frequência dos alunos nas aulas.
	Articular estratégias de busca ativa de alunos faltosos, assegurando a frequência dos mesmos.	Diários de frequência	Análise da eficácia das estratégias utilizadas na busca ativa.
	Mapear alunos com maior índice de faltas	Controle de frequência por meio de planilhas de Excel.	Registros de justificativas a cada dois dias de faltas.
	Realizar busca ativa de alunos faltosos.	Busca ativa por meio de contatos telefônicos e redes sociais.	Aumento de frequência escolar
Promover ações que incentivem a frequência escolar dos alunos	Premiar mensalmente os alunos com índice de 100% ou mais de frequência escolar	Ranking dos alunos com 98% ou mais de frequência escolar por meio de relatórios gerados da planilha de Acompanhamento da Frequência Escolar (Excel).	Incentivo à frequência escolar
	Premiar bimestralmente os, alunos, as turmas e os professores com índice de 98% ou mais de frequência escolar	Ranking dos alunos com 98% ou mais de frequência escolar por meio de relatórios gerados da planilha de Acompanhamento da Frequência Escolar (Excel).	Incentivo à frequência escolar
	Premiar semestralmente os alunos, as turmas e os professores com índice de 98% ou mais de frequência escolar	Ranking dos alunos com 98% ou mais de frequência escolar por meio de relatórios gerados da planilha de Acompanhamento da Frequência Escolar (Excel).	Incentivo à frequência escolar

Fonte: Projeto Político- Pedagógico- 2021/2022.

O projeto “Estou presente” possuía algumas etapas. Primeiramente, o monitoramento de faltas das turmas. Caso a criança faltasse por mais de dois dias, a busca ativa era realizada por meio de ligações telefônicas às famílias para a justificativa da falta. A premiação ocorria de forma mensal com a entrega do selo do projeto que futuramente poderia ser trocado por prêmios.

Após o relatório, ocorria o monitoramento de faltas por turma e cada professor desenvolvia ações pedagógicas e de conscientização aos alunos para permanecerem nas aulas durante todo o ano letivo, ou seja, dentro do projeto

escolar “Estou presente!” ainda existiam outros subprojetos para o incentivo de permanência da criança na escola, e como conscientização da família na participação direta na escola, ocorriam reuniões mensais para a entrega de certificados de 100% de frequência do aluno nas aulas e a congratulação da família com o compromisso da criança na escola. Essas ações reforçavam laços entre escola e família, mas dessa vez, por iniciativa maior da escola.

Com a possibilidade de melhorar a comunicação entre a família e a escola, foram disponibilizados canais de atendimento para às famílias para a justificativa de faltas, esclarecimento de dúvidas, denúncias relacionadas aos maus-tratos às crianças matriculadas na escola, apontamentos direcionados à busca ativa e dúvidas relacionadas ao desempenho do aluno durante as práticas pedagógicas.

Isso ocorria por meio de contatos de *WhatsApp* de professores regentes, coordenadoras pedagógicas, diretora escolar e contatos da escola, além de redes sociais como *Instagram* e *Facebook*, o que trouxe como consequência o comprometimento do professor nas relações pessoais-profissionais durante o horário de descanso com as mensagens instantâneas de alunos e pais e a necessidade de proteger dados inerentes aos alunos devido a proteção integral da criança e do adolescente, prevista do Estatuto da Criança e do Adolescente (1994).

Parceria universidade e escola: PIBID e pandemia

Diante das mudanças e readaptações durante a pandemia, ocorria na escola a execução dos projetos semestrais por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência¹¹ (PIBID), por acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade de Rio Verde, que é uma ação do governo federal, criado pelo Decreto nº 7.219/2010, sobre o incentivo na formação e valorização do magistério. Bolsistas do programa realizavam projetos integradores na escola em prol da aprendizagem coletiva e integração entre as unidades escolares Pibidianas. As atividades comuns ao programa também foram afetadas, uma vez que o ambiente

¹¹ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID da Faculdade de Pedagogia da UniRV do período 2020 – 2022 teve como enfoque a produção de conhecimento durante a pandemia COVID-19. O programa se caracteriza por ser dedicar ao estágio nas escolas públicas enquanto graduados de licenciatura do 1º até o 4º período de formação.

escolar havia se transformado devido à pandemia de COVID-19.

Algumas ações do programa incentivaram a aproximação das famílias nos processos escolares, com o objetivo de promover a administração participativa na ambiência escolar. O quadro abaixo sintetiza essas ações.

QUADRO 4- INFLUÊNCIA DOS ACADÊMICOS E BOLSISTAS DO PIBID NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS DURANTE A PANDEMIA COVID-19.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/ PEDAGÓGICOS	MÉTODO UTILIZADO	OBJETIVO	DIRECIONADO À (AO)
Aperfeiçoamento de professores às aulas remotas	Pesquisa prévia sobre os temas de interesse da equipe docente	Contribuir para o processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia, auxiliando os professores nas principais dúvidas com relação as ferramentas tecnológicas.	Equipe docente da rede municipal
<i>Lives</i> das Gincanas do Conhecimento com as turmas do 5º ano com a participação da família pelos chats e ao vivo no <i>Youtube</i> .	Redes sociais como <i>Youtube</i> , plataformas digitais como <i>Google Meet</i> e aplicativo como OBS.	Promover aproximação das famílias com a escola por meio de torcidas organizadas e participações por meio de chats.	Comunidade local
Projetos semestrais com participação da comunidade escolar	Projetos direcionados aos pais e alunos para a aproximação da família na escola	Promover aproximação das famílias com a escola e aumentar o índice de presença dos alunos nas aulas	Comunidade local
Distribuição do Kit merenda, conforme Lei Federal 13.987/2020	Contato direto com as famílias, seguindo os protocolos de biossegurança	Conscientização às famílias quanto a participação dos alunos nas aulas	Famílias
Novos canais de atendimento e de contato dos pais com a escola	Redes sociais	Promover aproximação das famílias com a escola e aumentar o índice de presença dos alunos nas aulas	Comunidade local
Projetos com envolvimento social (doação de brinquedos e livros)	Interação com os estudantes nas aulas remotas com vídeos criativos (desafios diários)	Incentivar aos alunos na participação das aulas e aproximá-los da ambiência escolar.	Alunos

Fonte: Relatos etnográficos durante a execução dos projetos semestrais do PIBID- 2020/2022.

O encontro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência era realizado por mediação de plataformas digitais, em encontros virtuais. O

aperfeiçoamento de professores às aulas remotas fez parte de um dos projetos realizados na escola com o objetivo de promover o conhecimento aos alunos, aos professores e às famílias.

Em decorrência das dificuldades dos professores com as aulas remotas, realizamos uma pesquisa prévia utilizando a ferramenta do Formulário *Google Forms* sobre as principais dificuldades enfrentadas e sobre quais tipos de conhecimentos que os professores gostariam de obter para produzir melhor durante o ensino remoto. Com base nesta participação dos docentes, foi definida a realização de oficinas sobre as seguintes ferramentas tecnológicas: *Canva*, *Kinemaster*, Armazenamentos, redes sociais e formulário do *Google Forms*.¹²

O evento da Gincana do Conhecimento foi transmitido ao vivo pelo *YouTube* com auxílio da ferramenta *OBS Studio*.¹³ As atividades foram divididas entre os Pibidianos. Houve a integração entre a escola e as famílias por meio de torcidas organizadas e entrega da premiação de forma presencial na escola. O evento teve a participação dos pais, dos alunos, dos Pibidianos, funcionários e dos patrocinadores que premiaram as famílias por meio de sorteios e participações de perguntas e respostas.

O trabalho articulado entre a Universidade de Rio Verde e as escolas da rede municipal de ensino teve como prática a intervenção dos bolsistas nos processos educacionais por meio do diálogo e troca de experiência entre os docentes. Isso permitiu que todos os envolvidos pudessem criar um espaço escolar participativo e colocar em evidência os principais problemas encontrados neste momento atípico na educação.

A conciliação entre o conhecimento científico, que veio como contribuição da academia, e o conhecimento da prática escolar vinda da instituição de ensino promoveu a produção de conhecimento que se tornou necessária para a superação dos desafios existentes, contribuiu, assim, para a formação do acadêmico e para a formação continuada dos professores regentes.

¹² *Canva* é uma ferramenta de design gráfico que permite criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. O *KineMaster* serve para editar, cortar, mesclar e adicionar efeitos sonoros e visuais em fotos e vídeos. *Google Forms* é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google.

¹³ O *OBS Studio (Open Broadcaster Software)* é um programa que serve para transmissão em tempo real e gravação de vídeos.

Considerações

Preocupações da Organização das Nações Unidas – ONU com a relação estreita entre a pandemia de COVID-19 e o recrudescimento das democracias¹⁴ e relatórios internacionais que confirmam essa tendência¹⁵ indicam que a democracia precisa, novamente, se tornar tema central nas sociedades modernas e, inevitavelmente, nas escolas. O reconhecimento dessa demanda contemporânea orientou essa pesquisa, e optamos por orientar nossos esforços para as brechas de possibilidade de expansão democrática no ambiente escolar, mesmo em tempos adversos.

Em meio a um contexto desfavorável gerado pela pandemia de COVID-19, percebemos uma maior integração entre escola e família na escola-campo e, por meio, do PIBID, uma aproximação também com a universidade. A maior integração com a família, por um lado, se deu na ampliação dos canais de comunicação com a escola um dos principais fatores. Assim sendo, a tecnologia cumpriu uma função importante nessa mediação. Também devemos considerar que a pandemia, para algumas famílias, impôs maior proximidade dos pais com o desenvolvimento escolar dos filhos, por outro lado, a escola centralizar atividade de proteção social, como a distribuição de kits merenda e escolares, também atrai maior participação e presença familiar, devido ao contexto pandêmico e a região da escola.

O custo dessa maior interação entre família e escola é, muitas vezes, parcela da privacidade de professores e outros servidores da escola, uma certa indistinção entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, ou, mais tradicionalmente, entre o mundo público e o mundo privado, que a constante disponibilidade digital parece produzir e o prejuízo aos profissionais da escola ainda é imensurável, especialmente, quanto à saúde física e mental.

¹⁴ ONU alerta para restrição da democracia durante a pandemia. Ver em: <https://brasil.un.org/pt-br/90958-onu-alerta-para-restri%C3%A7%C3%A3o-da-democracia-durante-pandemia>

¹⁵ A pandemia acelerou a erosão da democracia no mundo, diz estudo. Ver em: <https://www.insper.edu.br/noticias/a-pandemia-acelerou-a-erosao-da-democracia-no-mundo-diz-estudo/>

A contribuição da Universidade, notadamente via PIBID e com a capacitação de professores para esse momento de exceção da rotina escolar parece ter contribuído para o maior sucesso do desenvolvimento das atividades pedagógicas durante o período estudado. Foi um daqueles momentos em que a proposta freiriana de educador-educando materializou-se (FREIRE, 2016), uma vez que Pibidianos foram protagonistas no processo de formação de outros professores.

A escola pública ainda se inspira nas escolas científicas e clássicas, que permanecem vivas em pleno século XXI e o processo de redemocratização do país ainda não encontrou maneiras de eliminar velhos vícios na política, pois ainda está muito aquém de atender equitativamente às necessidades sociais da maioria da população. São necessários elementos adicionais se quisermos atingir uma democracia social e participativa por meio das ações escolares, tanto nas esferas institucionais, quanto culturais.

Percebe-se que a escola possui sistemas rígidos nas relações humanas e a democracia permanece fixa nos processos formais como o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico e na aprovação do Conselho Escolar, por meio de decisões pré-definidas pelas legislações ou mesmo pelos próprios gestores.

Não queremos com esse trabalho fazer uma defesa indiscriminada do uso de tecnologias como principal aspecto da democratização da gestão escolar, ou fechar os olhos para a desigualdade social que impacta a escola e esteve presente de diversas maneiras na escola investigada. Trata-se, na verdade, de apontar como um momento histórico de exceção provocou mudanças na forma da gestão escolar e, algumas dessas mudanças trouxeram um impacto na participação social e, reavivou nessa instituição a importância e centralidade de seu papel social, perceptível nas medidas apresentadas nessa pesquisa.

No entanto, ainda há obstáculos a serem superados para alcançar uma democracia social e participativa nas escolas, como promover a autonomia institucional e fortalecer uma cultura política democrática. É preciso reconhecer como esse momento excepcional provocou mudanças na gestão escolar e reavivou a importância do papel social da escola.

As ações participativas e democráticas acontecem quando há discricionariedade nas relações interpessoais para resolução de conflitos e atender às necessidades dos alunos e da comunidade, ou seja, maior autonomia institucional, mas também, fortalecer uma cultura política democrática, que deveria ser o objetivo administrativo e curricular, uma vez que imaginamos que esse seja um dos propósitos centrais da educação escolar moderna: construir cidadão democráticos.

Referências

BRASIL. **Conselhos escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, 2004

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria Ministerial No 2.896, de 17 de setembro de 2004**. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Diário Oficial [da] Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 set. 2004b. Seção 2, p. 7-8.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CROZIER, Michael. **The bureaucratic Phenomenon**. Chicago, The University of Chicago Press, 1964.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GARCIA, Marisa. **A Formação Contínua de professores no HTPC**: alternativas entre as concepções instrumental e crítica. 2003. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PUIG, Josep Maria et al. **Democracia e participação escolar**: propostas de atividades. São Paulo: Moderna, 2000.

PUIG, Josep Maria; Araújo, Ulisses F. **Educação e Valores**: Pontos e contrapontos. Org. Valéria Amarim Arantes. São Paulo: Summus, 2007.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Angela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção**. RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, Rio de Janeiro, v.2, p. 31-41, dez. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42ª ed. Campinas, SP: autores associados, 2012.

SILVA, Rafael Messias; Silva, Hellenryzia Nunes; Quinteiro, José Reinaldo de Araújo. A importância da Lei 13.987/2020 para os alunos da rede municipal de Ensino de Rio Verde durante a Pandemia da COVID-19: saúde, educação e cidadania. **Anais [recurso eletrônico] - 1º Congresso nacional transdisciplinar da saúde, 22 a 24 de novembro de 2021**. / Coordenador: Alberto Barella Netto [et al]. – Rio Verde, GO: Universidade de Rio Verde, 2021. P.14. Disponível em: <[https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/anais%20i%20congresso%20nacional%20transdisciplinar%20da%20sa%c3%bade%202021%20-%20ok\(3\).pdf](https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/anais%20i%20congresso%20nacional%20transdisciplinar%20da%20sa%c3%bade%202021%20-%20ok(3).pdf)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

SILVEMEN, David. **The theory of organizations a sociological framework**. London, Heinemann, 1970.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Bruno de Oliveira Ribeiro

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Marília (SP). Atua como Professor na Faculdade de Educação da Universidade de Rio Verde (UniRV), em Rio Verde (GO) – Brasil; Correio eletrônico: ribeiro.brunodeoliveira@gmail.com.

Hellenryzia Nunes da Silva

Especialização em Gestão Escolar e Coordenação pela Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ), Brasil. Especialização em Educação Inclusiva e Especial. Centro Universitário FAVENI (FAVENI), Brasil. Professora Pedagoga no município de Montividiu-GO. Correio eletrônico: ryzia.hs@gmail.com.

Recebido em: 02 de julho de 2023
Aprovado em: 20 de novembro de 2023
Publicado em: 29 de dezembro de 2023